

**EDITAL Nº 01/2022/CPT-ETS/UFPB PROCESSO SELETIVO UNIFICADO 2022.2 PARA  
CURSOS TÉCNICOS DO CENTRO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - ESCOLA TÉCNICA DE  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (CPT-ETS)**

**ANEXO F**

**FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR**

Identificação do (a) Estudante:

|              |               |                     |                               |
|--------------|---------------|---------------------|-------------------------------|
| Nome:        |               |                     |                               |
| Sexo:        | Estado Civil: | Data de Nascimento: | Procedência (Estado e Cidade) |
| Endereço:    |               |                     | Nº:                           |
| E-mail:      |               |                     |                               |
| Complemento: |               |                     |                               |
| Curso:       | RG:           | CPF:                |                               |
| Bairro:      | CEP:          | Fone:               |                               |

**II – Composição Familiar (preencher incluindo o aluno)**

| Nome | Parentesco | Idade | Estado Civil | Profissão | Renda |
|------|------------|-------|--------------|-----------|-------|
|      |            |       |              |           |       |
|      |            |       |              |           |       |
|      |            |       |              |           |       |
|      |            |       |              |           |       |

Declaro que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras.

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante (não precisa reconhecer firma)

Art. 299 do Código Penal Brasileiro – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.